

Comissão vota Orçamento da União às cegas

7 1990

Atropelada pelo tempo e sem saber direito o que estava votando, a Comissão Mista de Orçamento aprovou, a zero hora de hoje, o parecer final do projeto de orçamento da União para 1991, que estima as receitas e fixa as despesas em Cr\$ 52,8 trilhões, a preços de dezembro de 1991. A vontade da maioria dos membros da comissão era aprovar o parecer depois de saber quais as emendas incluídas no relatório final do deputado João Alves (PFL-BA). "Foi um vôo cego", definiu o deputado César Maia (PDT-RJ), que tentou, em vão, saber o que estava se votando.

O relator João Alves pediu um "voto de confiança", já que o Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen) estava enfrentando problemas técnicos e não poderia aprontar a tempo as cópias contendo os anexos com as emendas apresentadas pelos deputados e senadores (mais de 15 mil, contando com as feitas pelos relatores parciais).

Depois de apelar para a confiança, Alves decidiu quebrar as resistências com um argumento político: se o seu parecer não fosse aprovado e enviado logo pela manhã para a Mesa do Congresso, o projeto de Orçamento da comissão seria substituído pelo projeto enviado pelo Executivo. Como a Constituição determina que as emendas ao Orçamento só podem ser feitas na comissão, as propostas de seus membros não poderiam ser relatadas do plenário.

Para mostrar a "transparência"

do processo de discussão das emendas, João Alves chegou a pedir o testemunho da deputada Irma Passoni (PT-SP). "Não é verdade, deputada, que eu discuti com a senhora todas as suas emendas?", perguntou o relator. "O senhor discutiu com o pessoal da Ciência e Tecnologia", respondeu a deputada.

O deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), preocupado com a repercussão da votação, tentou dar ontem outro argumento. "Se os relatores parciais já discutiram, aprovaram e rejeitaram muitas emendas, não existe motivo para nova discussão", explicou.

Com uma pauta de votação recheada de vetos e medidas provisórias e a apenas dois dias do recesso, os membros da comissão optaram pelo pragmatismo. Afinal, caso não fosse votada até o dia 15, a lei orçamentária obrigaria os parlamentares a uma estadia forçada em Brasília. O senador Nelson Carneiro prorrogou por dois dias o prazo para a apresentação de emendas. Em 48 horas, o número de emendas subiu de 3 mil para 13 mil. Essa enxurrada de emendas de interesse político-eleitoral acabou atrasando ainda mais os trabalhos da comissão.

A Comissão Mista de Orçamento também aprovou o parecer do deputado João Alves (PFL-BA), que torna sem efeito o projeto do Plano Plurianual (1991/1995) do Executivo.

Aldo Renato Soares/AE